

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
JEAN CARLOS PRATES

**OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS PR NO ANO DE
2017**

MATINHOS
2018

JEAN CARLOS PRATES

**OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS PR NO ANO DE
2017**

Monografia apresentado ao módulo: trabalho de Conclusão do Curso II, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientadora: Profª Dra. Adriana Lucinda de Oliveira

MATINHOS

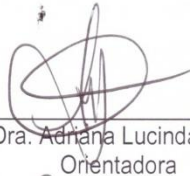
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

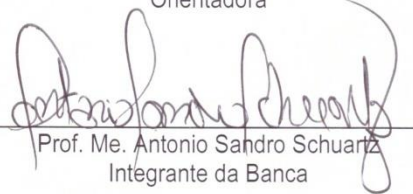
JEAN CARLOS PRATES

**OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS PR NO ANO DE
2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito a obtenção do
título em assistente social, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira
Orientadora



Prof. Me. Antonio Sandro Schuartz
Integrante da Banca



Prof. Msc. Karla Ingrid Pinto Cuellar

Matinhos, 28 de Novembro de 2018.

Este trabalho é dedicado a Deus, condutor do meu caminho, meu guia e presente em cada momento de felicidade e angustia os meus genitores Carlos e Eliane, e os meus irmãos Luan e Lara – Minha Família, meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre me fortalecendo nos momentos difíceis da vida e desta caminhada acadêmica; por me amparar nos momentos de desânimo e estar sempre presente comigo, iluminando meus pensamentos e atitudes.

Aos meus genitores que me educaram ensinando os valores essenciais da vida, sempre me apoiando em todas minhas decisões, estando comigo muito além do papel fundamental de educar, mas também como amigos e companheiros. Sem vocês eu não teria conseguido.

Aos meus irmãos Lara Vitória Rocha Prates e Luan Carlos Rocha Prates, que com carinho e compreensão sempre estiveram comigo, em cada batalha e conquista.

Agradeço aos meus amigos Erick Xavier, Alexandre Dullius e Josué Fernandes que acompanharam meu esforço na conquista dos meus objetivos, destacando sempre em nossas conversas e discussões a importância da busca do conhecimento. E mesmo nós não estando tão próximos o quanto gostaríamos, a amizade de vocês será sempre fundamental em minha vida.

Ao meu primo Marcelo Prates Ferreira, que além do laço consanguíneo sempre se mostrou amigo e companheiro, vibrando comigo a cada vitória e me aconselhando a cada momento difícil; sendo meu fiel e melhor amigo por toda minha trajetória de vida. Mesmo distante, sua amizade foi e sempre será essencial para mim; espero sempre poder retribuir o companheirismo e apoio, e também festejar suas conquistas contigo.

As amizades que fiz durante essa graduação foram essenciais para me fortalecer nos momentos de desânimo, todos/as da turma 2015 tiveram contribuição nesta formação, seja através de conversas, conselhos, comentários, e até mesmo através dos conflitos da turma, pois me fizeram refletir e crescer cada dia mais. Em especial as minhas amigas Dginane Linhares e Marcella Pires que sempre terão um lugarzinho especial na minha vida. Vocês sim além de especiais foram às amizades verdadeiras que

conquistei e perduraram até o final desta graduação, trazendo a leveza para que cada ano se tornasse inesquecível.

Agradeço a minha supervisora de campo de estágio Darlene Venâncio Diniz por ter passado toda sua contribuição profissional, pois foi fundamental para a construção deste estudo.

A todos os profissionais da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, em especial aos professores/as de Serviço Social que contribuíram com seus ensinamentos e conselhos, a contribuição de cada um foi essencial para nossa formação.

Agradeço a Professora Karla Ingrid Kuellar que contribuiu e me incentivou nos primeiros passos da construção deste estudo; desde as orientações do meu primeiro Projeto de Aprendizagem, e a publicação do meu primeiro artigo. Agradeço aos conselhos, que foram fundamentais e contribuíram muito para essa formação e para a vida toda! Sua amizade, para além dos muros da UFPR, foi fundamental para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço muito a minha orientadora Adriana Lucinda de Oliveira que com muita paciência, me tirou do comodismo, sempre exigindo mais e mais de mim. Obrigado por me ensinar a andar academicamente, e mesmo quando eu mesmo não acreditava que conseguiria, me incentivou e auxiliou para que eu visse que o caminho nem sempre era tão árduo. Agradeço por acreditar em mim, e pela grande mediadora que fostes, estando sempre comprometida com minha formação e de prontidão para me orientar, muito obrigado!

O momento que vivemos é um momento de pleno desafio. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (Marilda lamamoto).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC aborda os atendimentos realizados assistente social na secretaria de educação do município de Matinhos PR, no ano de 2017. O trabalho realizado é fruto da experiência de estágio curricular que possibilitou a identificação da necessidade de documentar e sistematizar esta atuação ainda recente no município. O trabalho apresenta em primeiro momento a inserção do serviço social e a importância deste profissional inserido na área de educação. Também foram analisados os dados quantitativos e qualitativos dos atendimentos prestados pela assistente social, e por fim, a experiência de estágio obrigatório curricular em Serviço Social realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Matinhos.

Palavras-Chave: Serviço Social; Política de Educação; Experiência de Estágio.

ABSTRACT

El presente trabajo de Conclusión de Curso - TCC aborda las atenciones realizadas asistente social en La secretaría de educación Del municipio de Matinhos PR, en el año 2017. El trabajo realizado es fruto de La experiencia de práctica curricular que posibilitó La identificación de La necesidad de documentar y sistematizar esta actuación aún reciente en el municipio. El trabajo presenta en primer momento La inserción Del servicio social y La importancia de este profesional inserto em el área de educación. También se analizar on los datos cuantitativos y cualitativos de las atenciones prestadas por La asistente social, y por fin, La experiencia de práctica obligatoria curricular em El Servicio Social realizado em las dependencias de La Secretaría Municipal de Educación de Matinhos.

PalabrasClave: Servicio Social; Política de Educación; Experiencia de Etapa.

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 01 Quantitativo de solicitação de atendimentos encaminhado por cada Escola e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).....	37
GRAFICO 02 Principais motivos dos encaminhamentos.....	38
GRÁFICO 03 Índice de evasão escolar por escola do município.....	39
GRAFICO 04 Encaminhamentos efetuados após atendimento do serviço social da educação.....	42

LISTA DE SIGLA

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CEP - Código de Ética Profissional.

CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro Referência Especializado em Assistência Social.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

MEC - Ministério da Educação.

PA - Projeto de Aprendizagem.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	13
3. O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS23	
4. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	27
4.1 MAPEAMENTOS DOS ATENDIMENTOS.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é um dos requisitos para a integralização do bacharelado em Serviço Social, onde será abordada a inserção da profissão na política de educação e um estudo acerca dos atendimentos realizados pela assistente social da Secretaria Municipal de Educação de Matinhos, no ano de 2017.

O interesse em estudar sobre o Serviço Social na educação iniciou desde o módulo de Projeto de Aprendizagem (PA), onde este permite ao graduando elaborar uma proposta de pesquisa a partir do seu interesse desde o ingresso na graduação. O Projeto de Aprendizagem é um módulo estabelecido pelo Projeto Político e Pedagógico da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, onde através de projetos, o aluno tem a liberdade de escolher o tema a ser estudado, construindo e ampliando seu conhecimento de forma integrada, e percebendo criticamente a realidade. A integralidade estabelecida no PPP da Universidade se dá no processo de conhecer e compreender; depois compreender e propor; em seguida propor e agir.

Através do módulo de Projeto de Aprendizagem que se obteve o primeiro contato com o tema, considerando que inicialmente é necessário que se entenda e compreenda o assunto escolhido através de leituras e pesquisas.

Já no estágio obrigatório realizado na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos, foi possível uma maior aproximação com o tema através do contato direto com a assistente social inserida no campo educacional, compreendendo a realidade e toda demanda colocada, para assim propor um projeto de intervenção que auxiliasse este profissional no acolhimento e registro dos atendimentos realizados.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, onde o primeiro trata deste resgate e iniciativas de inserção do serviço social na área de educação; o segundo faz a sistematização e inserção do assistente social na política de educação de Matinhos, e o terceiro capítulo trás a experiência de estágio e os resultados do projeto de intervenção aplicado.

O trabalho é concluído com algumas considerações, reiterando a importância da inserção do assistente social na política de educação, e a

contribuição que este profissional trouxe no município de Matinhos; ressalta-se também a necessidade e o grande auxílio que os registros de atendimentos trazem para a análise da realidade, e futuras propostas de intervenção deste profissional.

2. SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Nos variados campos de atuação profissional, o Assistente Social tem como objetivo lutar pela garantia e ampliação dos direitos sociais, contribuindo com o crescimento dos sujeitos. Na área da educação especificamente, o Serviço Social tem como um de seus compromissos atuar junto dos estudantes, no “despertar desse público como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de idéias inovadoras, questionadores da sua realidade e partícipes ativos da sua história” (SOUZA, 2005, p. 30). Nesse sentido essa conexão possibilita o desenvolvimento de um sujeito mais crítico, autônomo e capaz de reconhecer e lutar pelos seus direitos e através deles transformar sua vida e a sociedade.

De acordo com Piana (2009), o Serviço Social surgiu no campo educacional primeiramente nos Estados Unidos em 1906 por meio dos Centros Sociais que

[...] designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola (p. 183).

Este mesmo trabalho ocorreu em vários outros países da Europa e era voltado ao atendimento às crianças e suas famílias que não recebiam orientações necessárias acerca do seu desenvolvimento (PIANA, 2009). A partir disso, segundo Vieira (1977), o Serviço Social na área da educação passou a ser intitulado como Serviço Social Escolar, e agregava a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores visando atender alunos que apresentavam “problemas” sociais no espaço escolar, que eram caracterizados como problemas de aprendizagem, dificuldades de caráter individual e familiar.

Em relação à história da profissão, o Serviço Social não priorizava a área da educação como espaço sócio ocupacional. Bartlett (1979) afirma que a partir dos anos 20 surgiu para o Serviço Social o campo escolar como campo profissional, junto do bem-estar social, serviço social médico e psiquiátrico. Souza (2005) indica que nas obras sobre a intervenção profissional do

Assistente Social, encontram-se registros desde os anos de 1930, primórdios da institucionalização da profissão, sobre a contribuição desse profissional na área da educação.

Dentro desse contexto Amaro (1997), afirma que a profissão se inseriu oficialmente na educação em março de 1946, a partir do Decreto nº 1394, com o objetivo de identificar “problemas” sociais que interferissem no aproveitamento do aluno “bem como à promoção de ações que permitissem a ‘adaptação’ dos escolares ao seu meio e o ‘equilíbrio’ social da comunidade escolar” (1997, p.51). Amaro (1997) aponta que os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul foram os pioneiros no trabalho envolvendo o Serviço Social Escolar.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social (AMARO, 1997, p. 51).

Pinheiro (1985) colabora com a descrição das técnicas e idéias que permeavam a atuação profissional neste campo. A escola, sendo reconhecida e descrita como um lugar de preparação para a vida teria como função ceder informações sobre os alunos que a freqüentavam, para que o trabalho educativo de ajustamento social feito pelos profissionais pudesse ser efetivado. Pinheiro (1985) afirma que o Assistente Social no ambiente escolar era um agente de ligação entre as famílias, a sociedade e a escola, gerando um conjunto de medidas de “ajuda” às famílias dos alunos através do provimento de necessidades básicas e de vida higiênica e saudável.

Segundo Souza (2005, p. 31) “o Serviço Social tinha a função de orientar os alunos e as famílias para manter a ordem social, ajustando os sujeitos aos valores morais da época”. Para diagnosticar a situação familiar, social e educacional dos estudantes, o Assistente Social realizava um “Inquérito Social”. Através dessa técnica, o profissional buscava revelar a personalidade dos alunos, aproveitando suas aptidões, selecionando aqueles que tinham maior capacidade de adaptação social e mais qualidades morais “a

escola muito pode beneficiar-se desse auxílio, na realização da tarefa de orientar as aptidões das crianças e de reajustar as mal adaptadas” (PINHEIRO, 1985, p. 47).

Os casos identificados como “desajuste social” pelos assistentes sociais eram repassados aos pais e professores para que se realizasse o “tratamento” adequado. Oliva (1987) discorre sobre a experiência do Serviço Social na Secretaria de Educação de Pernambuco. Dentre as competências profissionais estavam o estudo da vida social dos estudantes, a integração entre estes com os familiares e professores e a divulgação do trabalho profissional no âmbito escolar. Era exigido dos assistentes sociais que “ajustassem os desajustados”, prestassem ajuda aos necessitados e integrassem os estudantes à sociedade.

Cabe pontuar aqui que a prática profissional do Serviço Social Tradicional¹ era baseada em atendimentos individualizados e prolongados pautados numa perspectiva de adequação e formação social do sujeito onde o comportamento moral e intelectual era marcado pelo conservadorismo. O trabalho de caráter intervencionista do profissional era tido na época como “educativo”, onde o sujeito é culpabilizado por sua condição, era fruto do conservadorismo e eram essencialmente políticos, através do “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Dentro do ambiente educacional, os assistentes sociais também eram responsáveis por adequar os objetivos de ensino às orientações do Governo, intervindo em assuntos como evasão escolar, dificuldade em se relacionar, repetência, faltas demasiadas, entre outras problemáticas referentes ao universo escolar que pudessem apresentar precariedades na relação familiar, seja pelas condições materiais de existência (moradia, alimentação, etc.) ou pela falta de educação dos pais. Porém, não havia um questionamento ou

¹ Segundo Netto (2010) o Serviço Social Tradicional é caracterizado pelo seu desempenho profissional assistemático, intuitivo, carente de procedimentos técnico-científicos bem determinados e rigorosos, somado por valores de cunho liberal. Era voltado para a correção do sujeito, dentro de uma perspectiva funcionalista das chamadas “disfunções sociais” e sustentado por uma concepção idealista e/ou mecanicista do universo social, somente compreendido enquanto universo social gerado pelo modo de produção capitalista.

análise crítica do por que dessas circunstâncias. A intervenção profissional relatada pela autora era estritamente de cunho político-normativo, colaborando para reforçar estruturas de poder e contribuindo para o controle social

[...] a preocupação com a legitimidade de uma ordem imposta, porquanto o Serviço Social não é chamado, na verdade, a empreender a análise crítica de uma realidade concreta, e sim à preparação dos grupos que orienta na direção dos aspectos psicossociais necessários ao desenvolvimento (OLIVA, 1987, p. 47).

De acordo com Vieira (1977), em 1957 com o acontecimento de um seminário em Porto Alegre, intitulado “Educação para Adultos e Desenvolvimento de Comunidade”, realizado pela Conferência Internacional de Serviço Social e a União Católica Internacional de Serviço Social, reflete-se que “a intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (p. 184-185).

O Serviço Social Escolar continuou atuando e legitimando a ordem capitalista vigente até a metade de 1970. Foi somente a partir da década de 1980 com o Movimento de Reconceituação², importante marco dentro do Serviço Social, quando outra visão surge acerca da prática profissional. Esta é pautada em uma análise crítica da realidade social com objetivo de melhorar o agir do profissional no que se refere a atender as demandas da questão social, fundamentadas em bases teórico-metodológicas que possibilitam o enfrentamento, análise e a busca pelo rompimento das práticas tradicionais e conservadoras da profissão (IAMAMOTO, 2010).

Dentro desse contexto nota-se que anteriormente a profissão era vista de forma assistencialista e somente a partir desse movimento é que o profissional passa atuar dentro de uma perspectiva crítica, na defesa de direitos, de justiça social e enfrentamento às diferenciadas formas de desigualdade e exploração presentes no sistema capitalista.

² Segundo Iamamoto (2010) este movimento visa buscar caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos ao Serviço Social para uma prática mais eficaz e “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi” (p.205).

O processo de reconceituação possibilitou uma aproximação a teoria social crítica, resignificando paulatinamente os fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos.

Um dos marcos desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que ocorreu em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, onde os profissionais inseriram-se no processo das lutas sociais como trabalhadores/as e de forma coletiva romperam com o conservadorismo ao determinar a direção social do Serviço Social, voltadas aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora (NETTO, 1999).

Netto (1999) coloca que foi na transição dos anos 80 aos anos 90 do século XX que o Serviço Social configurou a estrutura básica do projeto ético-político defendido na contemporaneidade. O referido projeto configura-se como um processo em contínuo desdobramento, porém tem como seu núcleo,

[...] o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.14-15).

Esse reconhecimento da liberdade como valor ético central caminhava de mãos dadas com a defesa do movimento democrático e popular que avançava juridicamente e legalmente no país através da construção da Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, pois contemplou uma série de direitos historicamente defendidos pela classe trabalhadora. Destacamos que referente a educação a carta magna afirma que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF/88, art.205).

A educação é um direito social que deve ser garantido pelo Estado a toda população. Ela deve ser entendida como um processo político, tendo em vista que na prática possibilita instrumentalizar o sujeito para desenvolver-se em relação as suas potencialidades, apropriação de conhecimentos e que propicie e permita que o mesmo se torne cada vez mais um sujeito crítico,

autônomo capaz de reconhecer e lutar pelos seus direitos e através deles transformar sua vida e a sociedade (MARTINS, 2012).

Dentro desse mesmo contexto, com o intuito de garantir os direitos sociais da criança e do adolescente na educação conforme instituído pela CF/88, foi regulamentado na década de 90o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069 de julho de 1990) que por meio de normas estabelecidas tem por objetivo garantir a proteção integral e cidadania das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Evidenciamos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 9.394 de dezembro de 1996), sendo essa uma legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro e assegura o direito do aluno a uma educação de qualidade (BRASIL, 1996).

Os anos 90 foram marcados pela implementação de uma série de legislações, como a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), o SUS (Sistema Único de Saúde), dentre outras, a partir da constituição federal e contraditoriamente vivenciamos um processo de ofensiva neoliberal, atingindo o desenho, implementação e efetivação das políticas públicas.

O projeto ético-político da profissão vai se estruturando a partir da discussão das diretrizes curriculares, do debate sobre o código de ética, do fortalecimento da organização da categoria (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS), participação da categoria nos diferenciados movimentos sociais, bem como a participação dos/as profissionais na implementação, gestão e execução das políticas. Segundo análises do CFESS é “a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação” (CFESS, 2011, p. 5).

As discussões acerca dessa temática ocorreram por meio de um grupo de estudos designado pelo CFESS e resultou na cartilha “Serviço Social na Educação” em 2001. A cartilha tinha por objetivo contribuir para o processo de discussão em um cenário nacional que se configurou na época e problematizou a “função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição

do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social” (CFESS, 2011, p.5).

O documento também incorporou o parecer 23/2000 feito pela assessora jurídica do CFESS, Dra. Sylvia Terra, o qual dispõe sobre a implementação do Serviço Social nas escolas do ensino fundamental e médio nas instâncias de poder municipal e estadual (CFESS, 2011). Outro fato importante sobre o parecer é que ele aponta especificamente sobre o direito à educação e ao acesso e permanência nas escolas e que

Tal parecer aponta, dentre outros aspectos, o direito à educação, bem como o acesso e permanência nas escolas. E que a inserção dos/as assistentes sociais nas escolas é pertinente, face “às atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei número 8.662/1993 (CFESS, 2011, p.6).

Nesse contexto a Lei nº 8.662/1993 dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Assistente Social e, especificamente, os artigos 4º e 5º tratam das competências e atribuições privativas³ dos profissionais da área. Também foi realizado um acompanhamento pelos profissionais de Serviço Social em relação a projetos de leis e legislações existentes no país acerca do tema e a partir do acúmulo teórico produziram em 2004 o “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação” acompanhado pelo Prof. Dr. Ney Teixeira (CFESS, 2011).

Com o intuito de continuar essa discussão o Conselho Pleno⁴ do CFESS renovou contrato de assessoria de Teixeira, que além de ser um dos responsáveis nesse debate, também colaborou na elaboração do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” de 2011, o qual proporciona um aprofundamento da concepção de educação que seja coerente com o projeto ético-político profissional e que oriente no debate “das

³ Segundo Iamamoto (2012) essas atribuições privativas se referem exclusivamente à profissão enquanto atribuição privativa de coordenar cursos, bem como equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas e as competências são aquelas ações que as assistentes podem desenvolver, mesmo não lhes sendo exclusivas, ou seja, “a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (p. 37).

⁴ “O Conselho Pleno é a reunião de caráter deliberativo da direção do CFESS, que determina as ações da entidade, conforme seu plano de atividades, e julga os recursos éticos. As reuniões ordinárias acontecem seis vezes ao ano, mas podem acontecer em caráter extraordinário, sempre que convocado pela presidência ou por solicitação de maioria simples dos/as conselheiros” (Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/conselho-pleno>, acesso em 03/10/18).

particularidades do trabalho do/a assistente social na política de Educação” (CFESS 2011).

Com o amparo do documento de 2011 e a partir do contexto dos debates, foi criado o “Grupo de Trabalho Serviço Social Nacional” composto por representantes do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de cada região do país e por conselheiras do CFESS. Com o acúmulo teórico e político reunido pelos mesmos e através de reuniões regulares, de 2008 em frente, foi disponibilizado em 2012 o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”. Ele é estruturado com a perspectiva de afirmação:

[...] da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para a inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação em consonância com o projeto ético-político e profissional do serviço social (CFESS, 2012, p 13).

Nesse sentido, a luta política para o avanço por mais espaço de trabalho na área de educação tem sido aprofundado pelo CFESS/CRESS. Desde 2000 o CFESS acompanha a tramitação dos Projetos de Lei (PL), na Câmara dos Deputados e no Senado que envolvem o Serviço Social e o profissional. Toma-se de exemplo o Projeto de Lei 3.688/2000 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

De acordo com o CFESS (2017) a PL 3.688/2000 “a aprovação nas comissões da Câmara e do Senado, o projeto de lei encontra-se em condições de ser apreciada pelo plenário da Câmara, última etapa de apreciação e votação. Sendo aprovado seguirá para sanção presidencial”. É importante pautar que dentro das ações realizadas pelo CFESS em defesa da PL e com o intuito da aprovação da mesma, ocorreram reuniões com o Ministério da Educação, devido ao seu posicionamento divergente (CFESS, 2017).

A PL 3.688/2000 tem como função o acompanhamento dos alunos, com maior vulnerabilidade socioeconômica, na escola e em sua comunidade. A justificativa para a efetivação da mesma é devido à constante taxa de evasão e reprovação escolar no ensino fundamental (BRASIL, 2000).

Mesmo com todo o percurso do Serviço Social na política de educação, da luta do conjunto CFESS/CRESS na própria categoria profissional no sentido de efetivar essa atuação na política, e de algumas experiências aqui descritas, ainda não temos uma legislação que regulamente a profissão nesta política.

Apesar da PL 3.688/2000 ainda não ter sido aprovada, os municípios tem a possibilidade de aprovar como lei municipal a inserção do Assistente social no quadro de funcionários da educação.

Viana (2009) afirma que atualmente o Serviço Social na educação encontra-se mais voltado para educação infantil em creches e pré-escolas (desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Educação no Brasil). Já no ensino fundamental Viana (2009, p.185) coloca que a profissão é voltada para população de baixa renda, onde surgem várias expressões da questão social⁵que

“invadem o cenário escolar, tais como violência doméstica, dificuldades socioeconômicas das famílias, o uso indevido de drogas e o tráfico por familiares, crise de valores éticos e morais, que geram a indisciplina, o baixo rendimento escolar da criança e do adolescente, a evasão escolar e a falta de perspectiva de um futuro educacional”.

Ainda de acordo com Viana (2009) a profissão também se encontra inserida em algumas iniciativas universitárias por meio de Projetos de Extensão, supervisão de estágios aluno/professor e também na área de políticas afirmativas como concessão de bolsas a estudantes de baixa renda.

Através dos dados aqui apresentados pode-se dizer que o Serviço Social na área da Educação é uma relação que já existia desde os primórdios da profissão, entretanto no momento tem conquistado um espaço e visibilidade relacionada ao projeto ético-político da profissão, com ênfase nas instituições de ensino superior e em algumas secretarias municipais de educação.

⁵ Segundo IAMAMOTO (2013, p. 330) “a “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais”.

Exemplo deste feito é a cidade de Laranjal Paulista no estado de São Paulo ao sancionar a Lei Nº 2.455 de 12 de abril de 2005 que “Institui o Serviço Social Escolar nas Escolas de Educação Infantil, Ensino Médio e Fundamental”, tratando o Art. 2º desta lei, as competências ao Serviço Social Escolar:

- I – Efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- II – Elaborar e executar programas de orientação sócio familiar, visando à prevenção da evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno;
- III – Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social mais amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços assistenciais, voltado aos pais e alunos no âmbito da Educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;
- IV – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;
- V – Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como, o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- VI – Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existem classes especiais.

Outro exemplo é o município de Matinhos, que desde 2013 possui no quadro da secretaria de educação, o profissional de Serviço Social. A especificidade da secretaria de educação de Matinhos será abordada no próximo capítulo.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATINHOS

O presente capítulo tem como propósito sistematizar a institucionalização do Serviço Social na política de educação em Matinhos.

A atuação do assistente social na área da educação neste município deu-se através da iniciativa do secretário de educação da época, o Sr. Alcides Benato em março de 2013; conforme Souza:

Sr. Alcides relatou que logo em sua chegada procurou construir um diagnóstico, na perspectiva de identificar as principais necessidades das escolas e da secretaria. Foram levantadas algumas demandas que deveriam ser trabalhadas com urgência, entre elas: capacitações para os/as professores/as, plano de carreira para os/as professores, estrutura física das escolas e atividades direcionadas para as famílias nas escolas. [...] Outra demanda verificada nas escolas refere-se aos altos índices de evasão escolar sem justificativas ou faltas frequentes também não justificadas. Diante dessa situação, Sr. Alcides optou pela inserção de um/a profissional de Serviço Social, com a expectativa que o/a mesmo/a pudesse desenvolver um trabalho com as escolas e familiares. Enfatizando o direito da criança de frequentar o espaço escolar e o dever da família em acompanhar este processo, desde frequência, atividades escolares e cuidados com a criança. (2017, p.37 e 38)

Segundo Souza (2017), ainda na perspectiva do Sr. Alcides, as primeiras assistentes sociais contribuíram muito para a estruturação do trabalho na secretaria de educação.

As demandas identificadas eram a evasão e infrequência escolar e subnutrição. O objetivo de trabalhar com as famílias era de orientar, e viabilizar estratégias para que a mesma conduzisse a criança até a escola, realizar encaminhamentos para outros equipamentos quando necessário, e principalmente trazer as famílias para dentro da escola. A família é trabalhada o ano todo através de orientações e palestra pelo Serviço Social, e nas escolas tem uma semana especial para ser trabalho com a família, onde a mesma participa de palestras e atividades dentro da escola. (SOUZA, 2017, p.39)

A primeira assistente social citada, Célia Marques⁶, relata a importância da documentação e sistematização de dados, tanto para subsidiar a profissão como para os/as futuros profissionais que poderão atribuir-se neste espaço.

Em entrevista com a Assistente social Célia, a mesma nos relatou que a atuação do Serviço Social na secretaria de educação no Município de Matinhos foi bem difícil, pois era um espaço sem

⁶Célia Marques de Oliveira é graduada no curso Normal Superior de Pedagogia, Serviço Social e pós-graduada em Gestão escolar e Neurociência. Atuou no Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, Programa Paraná Alfabetizado, e em 2006 passou no concurso Municipal de Matinhos para professora e educadora [...] No início do ano de 2013 aceitou o convite do Secretário de Educação Sr. Alcides Benato para trabalhar na secretaria como pedagoga social, visto que tinha a formação em Pedagogia e Serviço Social. (Souza, 2017, p.40)

histórico de ações ou documentos sistematizados no município, e ainda considerando que esta inserção nos demais municípios está sendo realizadas timidamente, tornou a atuação mais desafiante. Deste modo, foram realizadas leituras de artigos, livros e documentos que abrangessem esta inserção. Segundo Célia não foi encontrada documentação pronta, foi preciso elaborar e pôr em prática para ver se realmente iria funcionar (SOUZA, 2017, p. 40)

Retomando ainda sobre o processo de inserção do serviço social na educação em Matinhos; sistematizados por Souza (2017), uma das primeiras iniciativas da assistente social foi realizar um contato pessoal com os/as profissionais dos outros equipamentos que compõem a rede de atenção a criança e adolescente, entre eles: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Hospital, Conselho Tutelar, com vistas a reconhecer as parcerias, fluxos e rotinas de referencia e contra referencia.

Célia descreve que inicialmente a proposta de intervenção era infrequência escolar, mas com o decorrer do tempo as demandas foram aumentando, devido à situação de saúde e vulnerabilidade social, que até hoje ainda é muito presente. Toda atividade que envolvia o social dentro da Educação, como palestras, reuniões e fóruns referente às expressões da questão social que estão presentes no cotidiano de cada sujeito como violência doméstica, drogadição, trabalho infantil, etc., estas também seriam de competência da Assistente Social da Educação.

O processo de implantação do Serviço Social na Educação em Matinhos contou com a participação de duas profissionais: Célia Marques e Priscila D. O. de Cristo.

Durante o período de atuação dentro da Secretaria Municipal de Educação, Priscila elaborou um Plano de trabalho, que designava sua atuação em:

- Acompanhar os alunos da rede municipal de educação, regularmente matriculados no ensino regular do 1º ao 5º Ano, classe especial, sala de recursos e educação infantil, garantindo o acesso à educação e permanência na Escola.
- Fazer busca ativa dos alunos que não estão frequentando a Escola, bem como orientar quanto à transferências e procura por vagas, tanto dentro como fora do município de Matinhos.
- Realizar trabalho em rede com os demais órgãos, na garantia plena dos direitos da criança e adolescente.
- Auxiliar e orientar Escolas e CMEIs, em questões conflituosas que envolvem a família dos alunos atendidos e a Educação.

- Atender de forma humanizada e sigilosa casos de violação de direitos da criança e do adolescente, realizando escuta sensível dos alunos.
- Encaminhar aos órgãos responsáveis todos os casos de violação de direitos da criança e do adolescente.
- Realizar palestras e atividades de prevenção e orientação com alunos e familiares, abordando as diversas expressões da Questão Social.
- Auxiliar o Programa Saúde na Escola. (Souza, 2017, p.45)

A partir de agosto de 2016, com a saída de Célia e Priscila do Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação, assumiu a assistente social Darlene V. Diniz⁷.

Darlene relata que infelizmente não foi possível dar um direcionamento da profissão na instituição apenas com as documentações, gráficos e planilhas com dados dos atendimentos e encaminhamentos disponibilizados pela assistente social Priscila. Descreve também que os/as profissionais confundem muito ainda a atuação do/a assistente social da educação com a atuação da secretaria de assistência social. Enfatiza que o/a profissional de serviço social inserido na educação delineie uma linha de trabalho para que sua atuação e ações não sejam orientadas por outros profissionais, sem compressão da pasta (SOUZA, 2017).

Em relação ao planejamento de trabalho, segundo Piana “o profissional deve ter claro o objetivo final de sua ação de forma crítica e consequente, a partir das determinações mais gerais e particulares do seu campo profissional”. (PIANA, 2009, p.161).

Conforme Souza (2017), atualmente Darlene trás como frente de atuação da assistente social da Educação de Matinhos um trabalho de caráter preventivo realizado por meio dos instrumentais técnicos operativos do Serviço Social e encaminhamentos as outras políticas públicas:

Para Darlene o Serviço Social na educação deve atuar preventivamente, realizando estratégias para que o risco não aconteça. Deste modo é necessário trabalhar a afetividade, direitos e deveres, atribuição da família e da escola, etc. Ela esclarece que o trabalho preventivo tem duas frentes de trabalho: uma é o preventivo

⁷ - A assistente social Darlene V. Diniz é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral desde agosto de 2010 e especializada em Questão Social na perspectiva interdisciplinar. Em setembro do mesmo ano foi contratada trabalhar no Município de Cerro Azul onde trabalhou na Proteção Especial abrangendo abrigo, suporte ao Conselho Tutelar e articulação em rede. A referida profissional contribuiu na elaboração do projeto para implementar o CRAS Itinerante na área rural do município, bem como atuou por dois anos no CRAS Urbano de Cerro Azul (Souza, 2017).

com a família, e a outra com os profissionais das escolas. É considerado que da mesma forma que existe a violência dentro de casa, existe dentro da escola, tanto violência – moral, física, psicológica – negligência, omissão, não saber fazer o encaminhamento adequado. (Souza, 2017, p.49)

Ainda referente à documentação e planejamento de trabalho, segundo Souza (2017), Darlene relata que todos os atendimentos, sejam individualizados ou em grupo, estão sendo registrados em cima de um plano de ação do Serviço Social elaborado pela mesma, para garantia de prontuários e estatísticas, onde futuros profissionais consigam basear-se no trabalho já desenvolvido nesta política pública.

No que se refere à principal demanda atendida, a evasão escolar, Darlene relata que os casos são encaminhados pelas escolas devido à preocupação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), examinado pelo Ministério da Educação (MEC) empregando a responsabilidade para a assistente social, muitas vezes não incidindo sobre o andamento educacional.

Souza (2017) cita que Darlene finaliza a entrevista enfatizando a necessidade e importância da inserção do Serviço Social na área da educação:

[...] conclui que a inserção do Serviço Social na política de educação é muito importante e necessária desde que possa ser trabalhado de maneira adequada, preventiva e protetiva, com ênfase no trabalho com a família e com a equipe de profissionais da escola. Reforça ainda que seria de total importância a inserção do/a assistente social não somente na gestão, mas também dentro da escola para seja realizado um trabalho contínuo. (Souza, 2017, p.54)

Para Piana:

O espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado, portanto o papel do assistente social no espaço escolar tende de ser aceito pelo coletivo escolar, à medida que ele constitui competências e habilidades em respostas às demandas do processo educativo. (2009, p.162)

No próximo capítulo será abordada a experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social e os resultados do projeto de intervenção aplicado por este autor, na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos, sob a supervisão da Assistente Social Darlene.

4. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio obrigatório, segundo o Projeto Político Pedagógico da UFPR – Setor Litoral possibilita ao/a aluno/a conhecer e compreender, compreender e propor, e propor e agir, através das observações das demandas postas ao Serviço social, dentro do campo de estágio.

O curso de Serviço Social possui o módulo de estágio obrigatório I e II, aplicados no terceiro ano da graduação. Estes módulos são de extrema importância, pois permitem ao estudante observar o exercício do trabalho deste profissional, estabelecendo a correlação teórico-prática. Nessa perspectiva, o estágio

configura-se enquanto possibilidade para o estudante experimentar o exercício do trabalho profissional, aproximando-se das áreas de intervenção, dos contextos sócios institucionais e dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social. (PFEIFER, 2010, p.71).

Assim, seguindo o Projeto Político Pedagógico da UFPR – Setor Litoral foi possível conhecer e compreender a Secretaria Municipal de Educação de Matinhos interpretando a realidade e identificando as demandas institucionais ou sociais colocadas ao profissional de serviço social; e através destas, propor o projeto de intervenção e posteriormente executá-lo.

Durante o período de processo de estágio, foram observadas todas as demandas postas ao Assistente Social da Educação de Matinhos, para assim pensar numa proposta de intervenção a ser usada como uma ferramenta de trabalho desta profissional.

No decorrer do processo analisou-se o fluxo das demandas postas ao Assistente Social, onde primeiramente a profissional recebe os informativos das escolas e efetua o cadastro do atendimento para garantir o registro e a existência de um atendimento a esta família. Após o recebimento, a profissional analisa o teor descrito nos informativos para assim identificar os demais instrumentais necessários para o agir profissional.

Esse processo remete a discussão da instrumentalidade no Serviço social, compreendendo-a como as finalidades do fazer profissional, definidas pela perspectiva teórica, ética e política assumida pelo/a profissional no cotidiano. Segundo Guerra

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (2000, p. 2)

Nessa perspectiva, considerando os limites e a autonomia relativa do profissional, a ação profissional busca desvelar a realidade, identificando demandas e necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais) com vistas a construir estratégias de intervenção.

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira 'teleologia' dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam. (MOTA & AMARAL, 1998 p.25)

Desse modo, segundo Guerra (2000) "a instrumentalidade é categoria constitutiva do trabalho social, um modo de ser, de conduzir e tecer o cotidiano da prática, na perspectiva de buscar refazer teórica e metodologicamente o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes" (MOTA & AMARAL, 1998, p.26).

Sendo assim, podemos dizer que a instrumentalidade esta ligada intimamente a capacidade/propriedade e qualidade profissional de construção e reconstrução ao longo da trajetória sócio histórico profissional. Ela possibilita o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos profissionais e sociais, imprimindo a intencionalidade da profissão, sobretudo ao que diz respeito ao reconhecimento do serviço social e do fazer profissional na sociedade.

Pensar na discussão referente a demandas e necessidades sociais de uma população requer uma discussão muito mais ampla, pois estas são condicionadas por bases históricas, sociais, culturais, políticas e geográficas, e se tratando de uma sociedade capitalista, estas necessidades e demandas colocadas são diretamente influenciadas pelas formas de produção e reprodução da força de trabalho.

Pensar o binômio *necessidades sociais e demandas profissionais* requer desvelar esses conceitos a luz das discussões contemporâneas do serviço social, que repleta de desafios reforçam a importância de reafirmarmos o projeto ético-político da profissão, bem como sua base teórico-metodológica postos a prova, em cheque diante da complexidade da realidade encetada pelo ideário neoliberal,

pela reestruturação produtiva, as condições de produção e reprodução da vida e principalmente diante da natureza dialética e contraditória do serviço social. (Oliveira, 2006, p.4)

Segundo Oliveira (2006), o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes colocadas aos assistentes sociais, estas devem ser compreendidas no contexto histórico e social, pensado através da *“reestruturação produtiva, as transformações do mundo do trabalho, o modelo de acumulação flexível, a mundialização do capital e a reforma do Estado (neoliberalismo) minimização do Estado”* (p.6).

Nessa perspectiva a formação profissional necessita passar pela compreensão de todos esses elementos, apreendendo as mediações que constituem o projeto ético-político. Estamos falando de uma formação que esteja preocupada e comprometida em atender e desvelar demandas e compreender as reais necessidades que constituem as demandas dos usuários do serviço e também do capital, com vista a ir além das solicitações do mercado. (Oliveira, 2006, p.6)

Nesse sentido, considerando a complexidade das demandas apresentadas no cotidiano das escolas, e atendidas pela assistente social, evidenciamos a importância do trabalho em rede.

Constata-se que a escola é o equipamento social mais presente na vida das famílias, considerando o contato diário com as crianças e adolescentes. Apesar disso, as requisições apresentadas na escola necessitam de uma série de outras políticas e serviços sociais.

No que se refere ao trabalho em Rede, observou-se que a profissional *“conta com a parceria de várias instituições do município de Matinhos”*, como a APAE, Saúde, CAPS, CREAS, CRAS e Conselho Tutelar.

Para Lussi e Marinucci:

A simbologia da *“rede”* é significativa para a compreensão do conceito: a rede não é apenas a soma de cordas. É uma maneira de entrelaçar as cordas de tal modo que, juntas, conseguem adquirir potencialidades que ultrapassam as capacidades individuais de cada uma delas. Em outras palavras, o trabalho em rede, além de ser uma forma privilegiada para somar forças, é também uma maneira de trabalhar de forma articulada que permite desdobrar as habilidades dos sujeitos envolvidos, garantindo uma maior eficácia no trabalho e maior eficiência nos resultados. (LUSSI, MARINUCCI, 2007, p.1)

Neste sentido, visando o caráter preventivo e protetivo, a atuação do profissional de serviço social junto à comunidade escolar, familiares dos alunos, professores, e estudantes, se torna importante para garantir o acesso à educação e o ensino de qualidade, desenvolvendo assim um trabalho que

possa compreender e compartilhar junto ao coletivo escolar e familiares as formas de lidar com as problemáticas não apenas dentro das escolas, mais também externas a ela.

Nos atendimentos, verificou-se que a assistente social da Secretaria de Educação desenvolve suas atividades alinhada a uma série de normativas e legislações sociais como o ECA (Estatuto da criança e do adolescente), PNE (Plano Nacional de Educação), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Código de ética do Serviço Social, Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/1993), Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), PPP e regimento da escola inserida.

Ainda no debate sobre que compõe a instrumentalidade, a assistente social, supervisora de campo no processo de estágio, aciona uma série de instrumentos técnico-operativos de acordo com as especificidades de cada atendimento.

Vale lembrar que a instrumentalidade esta ligada a compreensão do fazer profissional, já os instrumentais diz respeito às ações profissionais, a parte operacional da prática do assistente social - da práxis profissional; ou seja, “O QUE FAZEMOS” e “COMO FAZEMOS”.

É por meio da instrumentalidade que o profissional faz intervenções, modificam e transformam as mais diversas realidades sociais; e os instrumentais é o que se utiliza para intervir na realidade social; é a parte operacional da ação profissional. A exemplo desses instrumentos, observado no processo de estágio, destacam-se os relatórios, os estudos, os pareceres, as entrevistas, as visitas domiciliares, os encaminhamentos dentre vários outros que são extremamente relevantes para intervenção profissional.

Podemos utilizar como exemplo quando o atendimento é específico de faltas excessivas, desistência do aluno no âmbito escolar, higiene ou negligência, efetua-se a visita domiciliar para fazer as orientações aos responsáveis; em caso de reincidências, ou quando necessário, a família é encaminhada para acompanhamento da Rede de Proteção ou ao conselho tutelar, quando há necessidade de requisitar algum atendimento ou tomada de demais providências.

Nas visitas domiciliares caso seja visto a necessidade de programas de auxílio, visando o caráter Protetivo desta Família, é feita a orientação e encaminhamento para Secretaria de Assistência Social para atendimento.

Sendo um instrumental técnico operativo do serviço social, a visita domiciliar é um instrumento que visa conhecer as condições de vida da população usuária de políticas públicas. Entende-se que através da visita, o profissional pode conhecer o domicílio e a família, e diante disso intervir tecnicamente nas situações que se apresentam e avalia-la periodicamente. A visita também permite ao profissional planejar ações direcionadas aos membros das famílias, focada na prevenção e resoluções de seus problemas.

Para Yamamoto a visita domiciliar é um recurso que o Assistente Social

[...] aciona para exercer o seu trabalho, contribui para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam (...) é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado” (2010,p.63).

Outra finalidade importante para o uso da visita domiciliar observado durante o período de estágio refere-se à busca ativa, pois há situações em que não há procura direta dos serviços por parte dos sujeitos e se faz necessário tal busca para iniciar o processo interventivo.

Ao entrar no espaço chamado domicílio, observa-se que este é um momento de grande ansiedade por parte do profissional, pois sabemos que algumas questões são atípicas, e muitas vezes não se sabe o que os espera; há situações e relações em que a família e a comunidade tratam como “normais”, ou seja, com o tempo aprenderam a sobreviver com as situações existentes por falta de recursos, orientações, e muitas vezes medo.

Vale também destacar a ética profissional na visita domiciliar, pois além de importante ela é fundamental, e se materializa no conjunto de atitudes e comportamentos que vão nortear o diálogo durante a visita, assim a comunicação verbal e a postura profissional devem ser pautadas de maneira ética para o bom relacionamento social, atingindo assim os objetivos da visita. É necessário entender que cada grupo também possui um “código de ética”, assim é a família, a comunidade, e outras instituições.

Muitas vezes também há uma visão equivocada pela população e por diversos profissionais em relação à visita domiciliar, que é vista e encarada muitas vezes de forma investigativo-policialesca, de vigilância, de “fiscalização

da pobreza”, expondo muitas vezes o usuário a situações vexatórias distorcendo a verdadeira intencionalidade desse instrumental.

Enfim, é possível, no instrumento visita domiciliar, criar dispositivos de manifestação que rompam com a “idéia” da vigilância e da intervenção policialesca, desconstruindo práticas profissionais que tenham o objetivo de fiscalizar os modos de viver das famílias por intermédio das concepções do certo-errado, limpo-sujo, bem-mal. (Ribeiro, 2010, p. 219).

Pensando ainda sobre atuação desta profissional, dentro da política de educação, foi possível observar o domínio necessário das três dimensões apontadas para enfrentar os desafios do serviço social na atualidade: Dimensão Ético-política, Dimensão Teórico-metodológica e a Dimensão Técnica Operativa; sendo que estas três dimensões devem estar articuladas dando materialidade ao fazer profissional numa perspectiva crítica, ancorada no projeto ético-político da profissão.

Iamamoto (2010) contribui com a discussão ao sistematizar essas três dimensões.

- Competência ético-política: o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática, valores que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93).

- Competência teórico-metodológica: o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;

- Competência técnico-operativa: o profissional deve conhecer, se apropriar e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições.

Como trabalhador, o assistente social interfere nas relações sociais cotidianas no atendimento das mais variadas expressões da questão social.

Mas para que esse profissional possa atuar ele necessita de bases para sua intervenção, traduzidas nessas três dimensões que irão contribuir para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à sua ação. A clareza dessas três dimensões tem implicações diretas na atuação desse profissional, pois a condensação dessas dimensões, juntamente com a formação e o exercício profissional, são expressões da materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Durante o período de observações e análises no decorrer do processo de estágio, observou-se que referente às ações realizadas no cotidiano profissional e aos dados sobre os usuários, haviam poucos registros sistematizados.

Pensando numa melhor maneira de sistematizar os atendimentos realizados por esta profissional, com vistas a relacionar e organizar os dados dos atendimentos conforme as especificidades descritas nos relatórios (Ex: Direitos Violados, Escolas, Bairros) foi proposto a implantação de um sistema informatizado Local simples, através do Excel, de registro e abastecimento de dados, sendo utilizada como uma ferramenta de trabalho profissional, para análise das demandas e proposição de futuras intervenções.

Em primeiro momento foi efetuado uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas sobre a importância do registro e documentação dos atendimentos, para que assim pudéssemos subsidiar a proposta de registro físico dos atendimentos.

Assim, ao serem registrados os atendimentos individuais, constatam-se demandas que são postas ao serviço. E aos Assistentes Sociais cabe realizar a caracterização dessa demanda, problematizar o contexto que determina os limites do serviço e da própria ação profissional e atentar para as possibilidades que possam existir e que de imediato não se manifestam (De LIMA, MIOTO, DAL PRÁ, 2007, pg 10).

Entende-se que a sobrecarga de trabalho dos Assistentes Sociais é o grande vilão que assombra a fragilidade nos registros e mapeamentos sistematizados de atendimentos, sendo também que muitas vezes não há uma grande preocupação e interesse da Gestão de seu departamento em criar um protocolo de atendimento ou algum sistema informatizado, que sirva como ferramenta de auxílio para analisar criticamente os quantitativos registrados.

São perceptíveis as dificuldades que os profissionais têm de registrar cotidianamente suas ações profissionais. Alegam falta de tempo devido à sobrecarga e ao grande número de atendimentos e ações e, ainda, às inúmeras atividades a serem relatadas. Inclusive, o fato de prestar atenção no usuário requer que o registro seja feito a *posteriori*. (De LIMA, MIOTO, DAL PRÁ, 2007p 05).

Mas a importância de se registrar e sistematizar todos os atendimentos realizados, segundo Da Hora,

“... é um momento de extrema importante para a prática do serviço social, pois possibilita uma interação entre o sujeito e o objeto. Sendo assim, o profissional deve analisar esta relação em seus diversos aspectos, político, ético, institucional e social.” (2016, p.04).

Dessa forma, podemos afirmar que a documentação dos atendimentos realizados pelo Assistente Social é um elemento que compõe a ação profissional, uma vez que tais registros dão materialidade ao comprovar a realização da ação, realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos, realizados em instituições ou em domicílios, dentre outros.

Entendemos assim que toda a forma de documentação registrada só adquire sentido se forem utilizadas tanto para os profissionais quanto para as instituições, não apenas para guardar ou arquivar informações, mas para contribuir e incidir positivamente nos processos de planejamento e necessidade de maior intervenção de profissionais, conforme a sistematização correta de tais dados.

Assim, a proposta de intervenção apresentada foi colocada em prática, com a criação de um sistema básico de interações entre telas do Microsoft Excel, separando cada pagina/planilha conforme escolas atendidas por esta profissional.

Dentro de cada pasta criada com o Nome da Escola, foi abastecido com as seguintes informações: data do atendimento, Nome do aluno, bairro, motivo

do encaminhamento, e direito violado; para que assim fosse possível visualizar o atendimento em seu resumo, e quantificar os atendimentos realizados em determinadas escolas, bairros, etc.; tendo em vista também as situações que são reincidentes.

A intervenção veio como meio de auxiliar as demandas postas a este profissional, facilitando não apenas na busca de informações, mas também na criação de um protocolo de registro a ser seguido, visto que tal área foi recentemente inserida no executivo municipal e necessita de dados sistematizados para as futuras propostas de intervenção.

4.1. MAPEAMENTO DOS ATENDIMENTOS.

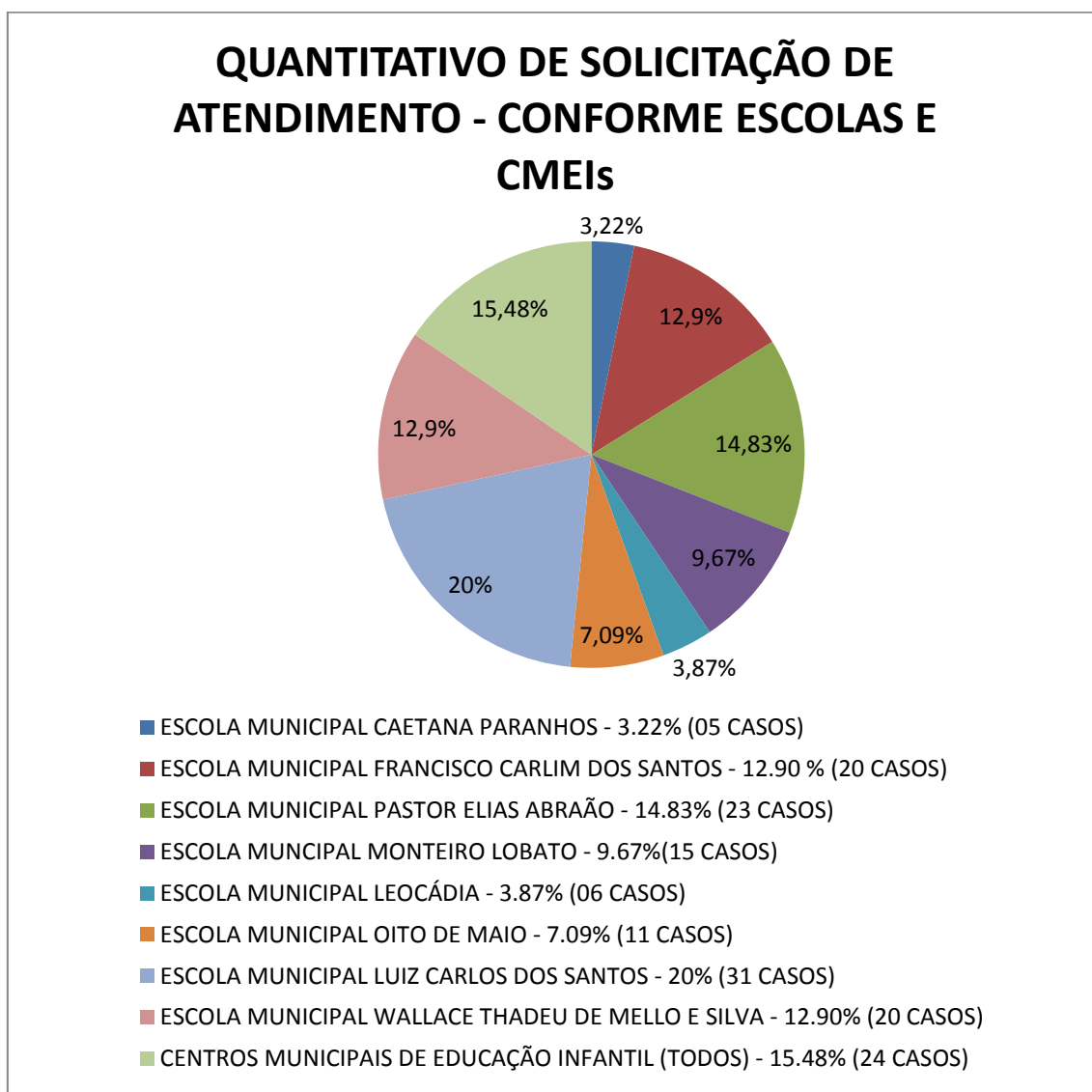
Tendo como resultado do projeto de intervenção elaborado no período do Estágio Curricular Obrigatório do Curso, apresentamos o mapeamento dos atendimentos realizados pelo Serviço Social da Educação do Município de Matinhos no ano de 2017.

Preocupou-se em tabelar os números de maneira com que trouxesse não apenas dados, mas também informações para análise de futuras propostas de intervenção necessárias.

O gráfico 01 demonstra de forma quantitativa, todas as solicitações de atendimentos, conforme escolas e Centros de Educação infantil.

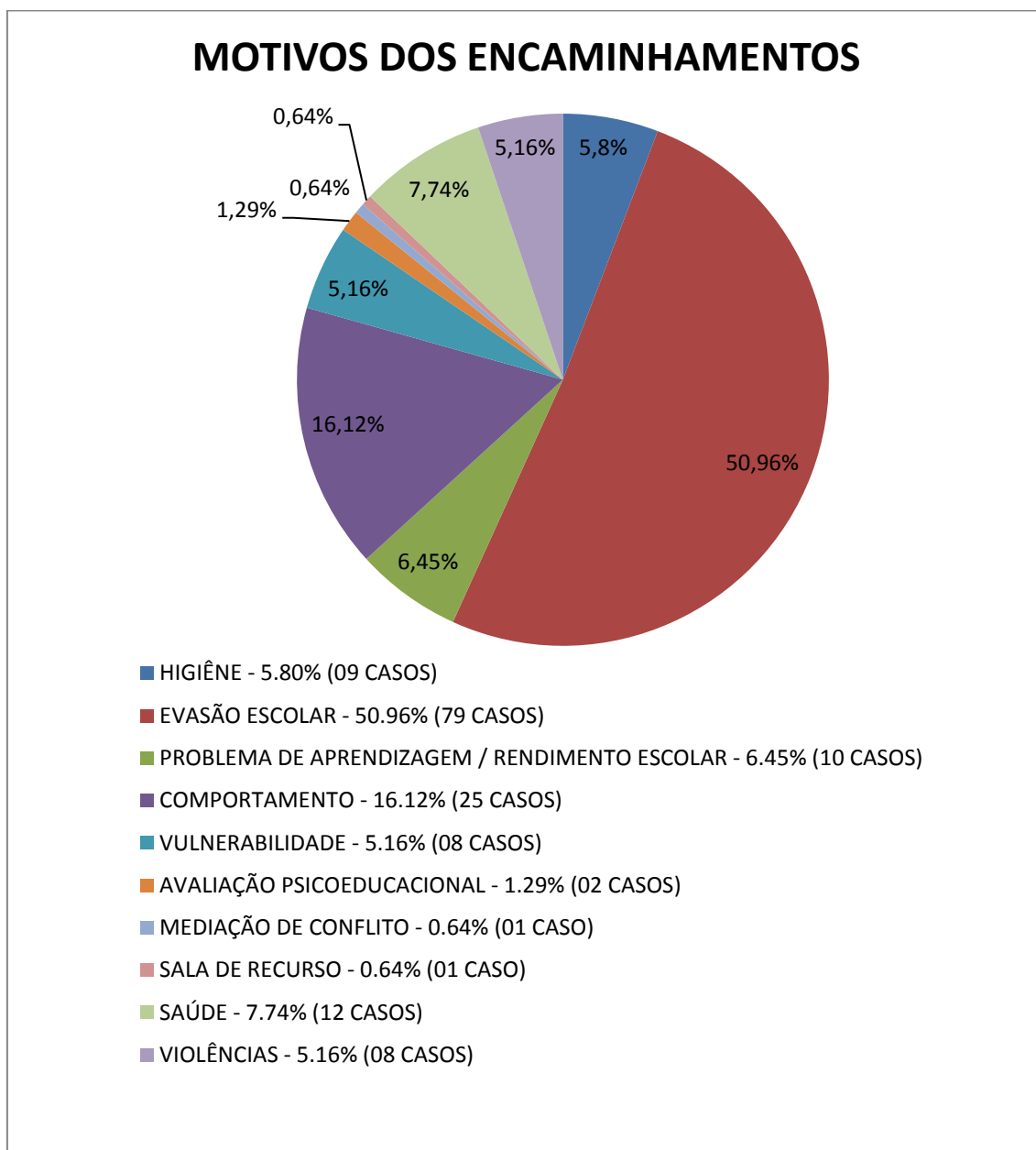
Obviamente as escolas com maior extensão e número de alunos são as com maiores números de solicitação de atendimento; sendo destas, 03 escolas que se encontram mais próximas da periferia e favelas, em bairros mais distantes da região central da cidade (Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos – 31 solicitações – 20% do total de solicitações; Escola Municipal Pastor Elias Abraão – 23 solicitações – 14,83% do total de solicitações; e Escola Municipal Francisco Carlim dos Santos – 20 solicitações – 12,90% do total de solicitações). Vale destacar que uma escola da região central de Matinhos também ficou entre uma das escolas com mais solicitações, ficando empatada em 3º lugar com uma escola de bairro (Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva – 20 solicitações – 12,90%).

GRÁFICO 01: Quantitativo de solicitação de atendimentos encaminhado por cada Escola e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

No gráfico 02, analisamos os motivos dos encaminhamentos realizados pelas escolas. Dentre os 10 motivos colocados de maneira mais genérica, com pouco mais de 50% do total dos atendimentos, a Evasão Escolar foi a principal solicitação, totalizando 79 encaminhamentos; seguido de Comportamento, com 25 solicitações, totalizando 16,12% do total das solicitações; e Situações envolvendo a Saúde dos alunos, com 12 casos – 7,74% do total das solicitações.

GRÁFICO 02: Principais motivos dos encaminhamentos.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Evidenciamos que a evasão escolar é uma demanda que contém subjacente uma série de outras situações que compõem o universo familiar, que afeta diretamente a vida das crianças e adolescentes. Entre elas destacamos: o desemprego, problemas de moradia, violência, drogadição, conflitos com vizinhança, entre outros.

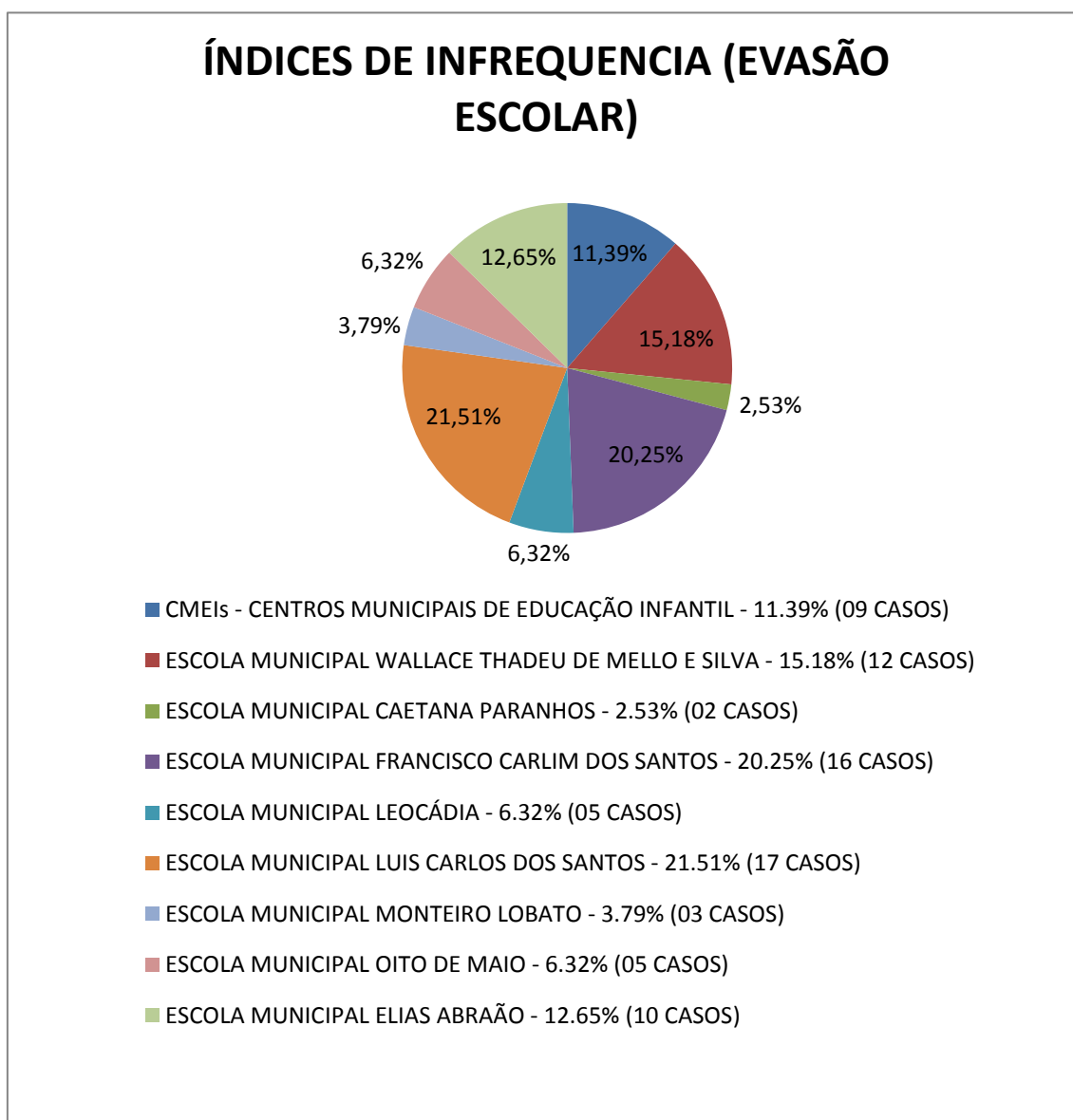
Almeida (2005) sugere que a atuação do Serviço Social na educação pode contribuir para evitar os altos índices de evasão escolar, bem como

favorecer aos estudantes, familiares e comunidades um acompanhamento socioeconômico e cultural para tornar mais qualitativa a sua permanência.

Conforme observado no gráfico 02, referente aos Motivos dos encaminhamentos, com pouco mais de 50% do total dos atendimentos, a Evasão Escolar foi à principal motivo de solicitações de atendimento das escolas (79 encaminhamentos).

Diante disso, conforme demonstrado abaixo no gráfico 03, os dados de infrequencia escolar foram sistematizados separadamente, identificando os quantitativos de solicitações efetuados por cada escola do município.

Gráfico 03: Índice de evasão escolar por escola do município.



Fonte: Elaborado pelo Autor

Os dados acima, sistematizados por escola solicitante, teve por objetivo auxiliar a profissional na análise de futuras intervenções regionalizadas, visto ser a Infrequencia Escolar a maior demanda colocada para atendimento. Através dos dados demonstrados em gráfico será possível pensar nas demandas e necessidades de determinada região e comunidade escolar.

Segundo Cuellar, Prates e Sant'Ana (2016),

[...] fica evidente a importância destes profissionais como um "novo equipamento" agregado a equipe escolar, atuando como intermediário entre a comunidade e a escola prestando assistência aos alunos e seus familiares, garantindo assim não só o direito da criança e do adolescente ao acesso à educação, mas também identificando as diversas situações de ordem social que afetam diretamente as crianças e suas famílias, que requerem (re)pensar ações que possibilitem articulações e maior nível de conscientização dos atores sociais. (p.01)

Através da evasão escolar, é possível identificar diversos outros direitos violados não só das crianças e adolescentes, mas também de suas famílias, que em uma grande parcela dos casos atendidos, desconhecem seus direitos sociais, encontrando-se muitas vezes em situação de vulnerabilidade; onde cabe este profissional prevenir, orientar e encaminhar para assim garantir os direitos fundamentais e legais previstos a estas famílias.

Nessa perspectiva torna-se premente o desvelar da realidade extra muros da escola, bem como um trabalho efetivamente em rede com os demais equipamentos sociais.

Além de fortalecer as estratégias de luta pela democratização do ensino, da defesa dos direitos sociais, via acesso a serviços socioassistenciais, as possibilidades de atuação do assistente social na educação, diante das competências e atribuições, devem contornar a assistência às necessidades humanas presentes no espaço educacional, constituindo-se como demandas iminentes, por exemplo: as questões das necessidades educativas especiais, as tradicionais expressões da violência, da intolerância e da discriminação religiosa, da etnia e do gênero, que fazem parte do cotidiano universitário. (DAMASCENO, 2013).

No Gráfico 04, podemos analisar todos os encaminhamentos e providências realizadas pelo Serviço Social da Educação após a chegada das solicitações de atendimentos.

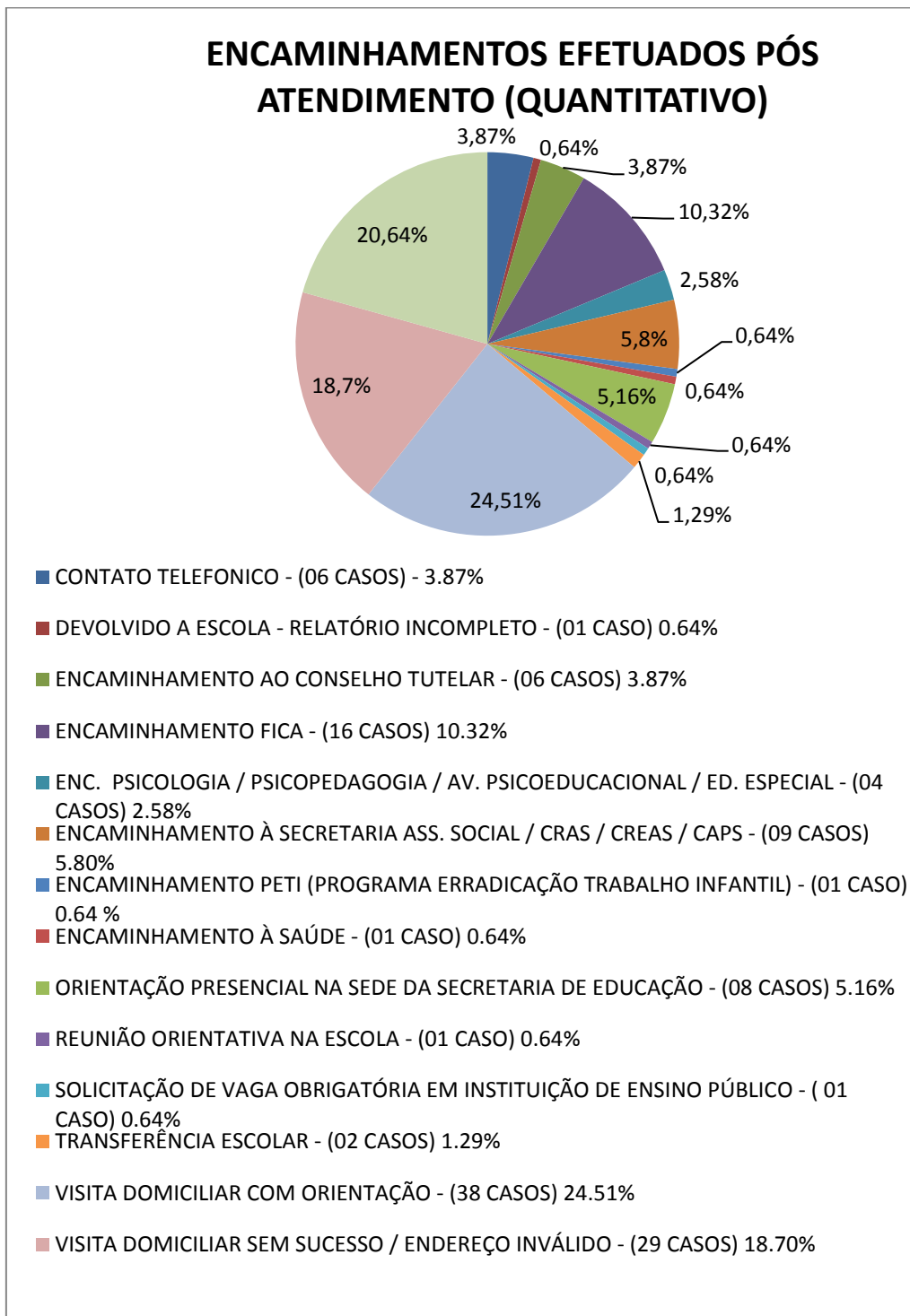
O gráfico explica por si só que os casos em sua grande maioria, se “resolviam” apenas com a visita e orientação da assistente social; colocando a VISITA DOMICILIAR como providência mais executada por este profissional (38 casos – 24,51% dos encaminhamentos/providências).

Do total dos atendimentos, 20,64% (32 casos) não foi possível identificar qual encaminhamento seria efetuado, pois ainda encontrava-se em processo de acompanhamento.

Pouco mais de 10% dos encaminhamentos foram ao Conselho Tutelar, através da Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (Ficha FICA); o que reforça o dado alarmante do gráfico 02, tendo o maior motivo de solicitação de atendimento a Evasão Escolar.

Mas vale destacar que um número expressivo de solicitações resultou em VISITA DOMICILIAR SEM SUCESSO, por algum motivo, como endereço inválido, etc., totalizando 29 casos – 18,70% dos encaminhamentos/providências.

GRAFICO 04: Encaminhamentos efetuados após atendimento do serviço social da educação.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Reitera-se a importância da articulação em rede para o atendimento das demandas e necessidades identificadas na escola, bem como o

monitoramento, considerando novamente que é a escola, o equipamento social, mais presente na vida das famílias.

Na sequência apresentamos algumas considerações, na esperança de termos contribuído para dar visibilidade ao trabalho do Serviço Social na política de educação do município de Matinhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso possibilitou refletir a necessidade da inserção do/a assistente social na política de educação. Através das leituras, foi possível compreender os avanços conquistados nesta discussão, e associado à experiência de estágio curricular obrigatório foram observadas as dificuldades, possibilidades e potencialidades deste profissional na área da educação.

Mesmo com algumas fragilidades, o Município de Matinhos avançou positivamente ao inserir o profissional de Serviço Social e considerar importante sua atuação junto a Secretaria de educação. Mesmo com uma luta para que seja aprovado o Projeto de Lei nº 3.688/2000, há possibilidades de o município implementar uma lei municipal que insira o assistente social em âmbito escolar.

No início o Serviço Social da Educação de Matinhos encontrou dificuldades no sentido da documentação e de registro dos atendimentos. Neste sentido, nossa contribuição objetiva foi desenvolver um projeto de intervenção, que contou com a criação de um sistema básico de registro no Microsoft Excel, separando cada página/planilha conforme escolas atendidas por esta profissional, facilitando não apenas na busca de informações, mas também na criação de um protocolo de registro a ser seguido, visto que tal área, por ter sido recentemente inserida no município, necessitava de dados sistematizados para futuras propostas de intervenção.

O registro de documentação é um dos desafios colocados ao profissional, visto que o dia a dia do mesmo é extremamente intenso e repleto de demandas imediatas; mesmo assim o assistente social deve sempre estar qualificando suas ações, onde isso também se materializa através da sistematização de suas ações, do registro de intervenções, desde o planejamento, da identificação da demanda e do processo de avaliação. Nesse sentido, é necessário e importante a documentação e sistematização dos registros, para que todo esse trabalho profissional se fortaleça e se efetive, dando também visibilidade as ações realizadas.

Desta forma o trabalho de conclusão do curso teve como objetivo documentar, registrar e sistematizar os atendimentos realizados pela assistente

social inserida na secretaria municipal de educação de Matinhos, a fim de contribuir para futuras propostas de intervenção com base nos quantitativos traduzidos através do protocolo de registro de atendimentos.

Contextualizar o processo de inserção desta profissional na área de educação deste Município trouxe uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pela assistente social na Secretaria de Educação de Matinhos; pois reconhecer esta trajetória, começando pelo Sr. Alcides que foi o secretário de educação que possibilitou esta inserção, a Célia Marques que foi a primeira assistente social a atuar neste espaço posteriormente contando com a colaboração da assistente social Priscila, e atualmente a assistente social Darlene que vem dando continuidade aos trabalhos; foi possível identificar e analisar o fluxo de demandas colocadas para assim, se pensar nas futuras intervenções, visto que tal profissional com tão pouco tempo inserido neste espaço, se fez necessário construir sua própria história no campo educacional do município, para assim caracterizar as demandas emergentes da educação, estabelecendo também, através destas, seu plano de trabalho.

O/A profissional terá também grandes e novos desafios, pois além de suas demandas imediatas, também é necessário que o serviço social em Matinhos conquiste uma lei específica que assegure a profissão neste espaço, para que assim a assistente social atuante no momento, e até mesmo as/os demais que poderão ser inseridas/os, possam atuar comprometidas/os com a população e com o projeto ético-político da profissão oportunizando a luta pelo acesso e garantia de direitos.

Por fim, esperamos que o presente trabalho efetivamente venha a contribuir para o fortalecimento e visibilidade do trabalho em desenvolvimento pela nossa supervisora de estágio. Reforçamos ainda a importância desse campo de estágio, conquistado a partir de 2017, significando uma possibilidade de uma maior proximidade com a Universidade, evidenciando a prática profissional.

REFERENCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996. pg 06. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 15/11/18
- ALMEIDA, N. L. T. de. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. [S.l: s.n.], 2005.
- AMARO, S. A. et al. **Serviço social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- BARTLETT, H. M. A base do serviço social. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1979.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 03/10/2018.
- BRASIL. **LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 03/10/2018.
- BRASIL. **ECA. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 03/10/2018.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].
- CFESS. **Serviço Social na Educação**. 2001. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf>. Acesso em: 03/10/18.
- CFESS. **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2012. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 03/10/18.
- CFESS. **Acompanhamento dos projetos de leis em tramitação na câmara dos deputados**. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-projetosdelei-julho2017.pdf>. Acesso em: 03/10/2018.
- CUELLAR, Karla Ingrid Pinto; PRATES, Jean Carlos; SANT'ANA, Romulo Augusto Friedrich. **A importância da atuação dos assistentes sociais no combate a evasão escolar nas escolas do ensino fundamental do município de Matinhos/PR**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 154, nov 2016. Disponível em: <

juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17956>. Acesso em nov 2018.

DA HORA, Taiane Damasceno. **Sistematização da prática do serviço social: uma revisão da literatura sobre o tema.** II Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. 2016. <<http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/068.pdf>> . Acesso em: 08 ago 2018.

DAMASCENO, H. J. **Serviço social na educação: a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA.** Aracaju-SE: UFSE, 2013. Disponível em: <<http://bdt.ufs.br/handle/tede/2559>>.

DE LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007 . Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1048/3234>>. Acesso em 18 out 2018.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** In: “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. 2000. Disponível em: <<http://canaldoassistentesocial.com.br/wp-content/uploads/2018/04/instrumentalidade-e-ss.pdf>>. Acesso em 20 nov 2018

IAMAMOTO, M. V. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade.** In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1. ed.ampl. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 04/10/2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

LARANJAL PAULISTA. **Lei Nº 2.455, de Abril DE 2005.** Publicada na Secretaria da Prefeitura e afixada por edital no lugar de costume, nesta data. Encadernada sob fls. 32 e 33, no Volume de Leis nº 24. Laranjal Paulista, 12 de abril de 2005. Disponível em: <http://laranjalpaulista.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/leis/2005/2014_09_24_2005_lei_2.455.pdf>. Acesso em: 20/10/18.

LUSSI, C.; MARINUCCI, R. **Notas sobre trabalho em rede**. Centro Scalabriniano de Estudo Migratório. Brasília. 2007. p.1. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/notas_sobre_trabalho_em_rede.pdf>. Acesso em: 10/08/18

MARTINS, EBC. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, p. 20-55, 1998.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVA, M. H. B. **Política de estado e prática social**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **Os desafios da formação profissional no contexto da acumulação flexível: demandas do mercado de trabalho e necessidades sociais**. Cuiabá, 2006 (mimeo).

PFEIFER, M. et al. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação do Serviço Social**. 2010. p.71. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPC-SERVI%C3%87O-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 26/03/18

PIANA, M.C. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PINHEIRO, M. E. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.
SOUZA, Iris de Lima. Serviço social e educação: uma questão em debate. Interface, Natal (RN), v. 2, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2005.

RIBEIRO, Cristine Jaques. **Problematizando o instrumento visita domiciliar**. Sociedade em Debate, v. 16, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/346/304>>. Acesso em 15/11/2018.

SOUZA, Lidiane Martins Rodrigues de. Universidade Federal do Paraná Setor Litoral. **O processo de inserção do serviço social na política de educação no Município de Matinhos** – Pr. 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54820>>. Acesso em: 10/08/2018.